



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT  
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 10ª (DÉCIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE  
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 10ª (décima) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Presidente indagou à Secretária se há resoluções a serem aprovadas pela Câmara e, a mesma informou não haver resoluções a serem aprovadas. Foi lida e aprovada a ata da 9ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/62/2018 – Auto de Infração nº 1/201718870. RECORRENTE: AÇO DO VALE LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e decidir nos seguintes termos: **1- Quanto à preliminar de nulidade do Auto de Infração por prática de ato extemporâneo do Termo de Início de Fiscalização – extrapolação do prazo 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão dos trabalhos de fiscalização –** foi afastada por unanimidade de votos, tendo em vista tratar-se de reinício de fiscalização e, considerando que o reinício da ação fiscal se deu nos moldes da norma em vigor, a Instrução Normativa 49/2011; **2- Quanto à alegação de cerceamento ao direito de defesa em razão de que os documentos fiscais só foram disponibilizados em 16/11/2017, após o início do prazo para defesa dos autos, não sendo disponibilizados em tempo hábil os arquivos que continham os dados que embasaram o lançamento do crédito tributário –** Afastada por unanimidade de votos, uma vez que lhe foram remetidos os anexos do auto de infração, conforme Aviso Recebimento (AR), às fls.12, dos autos; **3- Quanto à de erro de identificação do sujeito passivo (sócios) –** Afastada por unanimidade de votos, considerando que o sujeito passivo está identificado no auto de infração pelo número de inscrição no Cadastro Geral da Fazenda – CGF – cujos sócios, no presente caso, representavam a

empresa à época da autuação; **4- Com relação ao pedido de realização de perícia** - Foi afastado por unanimidade de votos, com base no art. 97 da Lei nº 15.614/2014, considerando que o pedido foi feito de forma genérica, sem especificação de equívocos no levantamento fiscal, nem apresentação de nenhum dado ou documento que desse ensejo a uma averiguação pericial; **5- Em referência a alegação do caráter confiscatório da multa aplicada**, foi afastada, por unanimidade de votos, em face do disposto no art. 48, §2º, da Lei nº 15.614/2014; **6- No mérito**, a 3ª Câmara resolve, por maioria de votos, dar parcial provimento ao Recurso interposto, modificar a decisão condenatória exarada na 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, reenquadrando a penalidade para a prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme o art. 112 do CTN. Decisão nos termos do primeiro voto divergente e vencedor proferido pelo Conselheiro Alexandre Mendes de Souza, que fica designado para elaborar a resolução, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado se manifestou pela procedência da acusação fiscal, aplicando o art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017. A Conselheira Relatora Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto votou pela procedência da autuação nos termos da manifestação do representante da Procuradoria Geral do Estado.

**Processo de Recurso Nº 1/471/2017 – Auto de Infração nº 1/201624444. RECORRENTE: L & A COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e com relação a preliminar de nulidade do julgamento singular, suscitada para parte, por cerceamento ao direito de defesa, pois indeferiu a realização de perícia técnica para apuração devida da escrituração, mesmo o contribuinte tendo os requisitos do art. 63, § Único da Lei nº 15.614/2014, afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o contribuinte não apresentou as provas necessárias e comprovação da nulidade requerida. **No mérito**, a 3ª Câmara resolve por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao Recurso interposto, reformar a decisão condenatória exarada na 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o feito fiscal, reenquadrando a penalidade para a prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com a redação dada pela Lei nº 16.258/2017. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, conforme a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado.

**Processo de Recurso Nº 1/4512/2016 – Auto de Infração nº 1/201621172. RECORRENTE: TRANSPORTADORA BELMOK LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto à alegação de que o dispositivo legal que motivou a decisão do julgamento monocrático, é diverso do caso em questão, foi afastada pois o contribuinte entendeu perfeitamente a acusação que lhe foi imputada. **Quanto à alegação de decadência parcial**, arguida de ofício pelo Relator do processo, referente aos meses de janeiro a setembro de 2011, com base no art. 150, §4º, do CTN – resolvem acatar por unanimidade de votos. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, afasta a decadência sob o entendimento de que se aplica ao caso em questão, a regra de contagem do prazo decadencial prevista no art. 173, inciso I, do CTN. **No mérito**, a 3ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao Recurso interposto, reformar a decisão condenatória exarada na 1ª Instância, para julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, tendo em vista a decadência referente aos meses de janeiro a setembro de 2011, com base no art. 150, §4º, do CTN; aplicando para os demais períodos constantes

da autuação, o art. 123, II, “a”, da Lei nº 12.670/96. Tudo nos termos do voto Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, se manifestou oralmente em sessão pela procedência da autuação, nos termos do Parecer da Assessoria Processual Tributária. **Processo de Recurso Nº 1/2222/2018 – Auto de Infração nº 1/201803829.** RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RECORRIDO: NTB NORDESTE TORRES DO BRASIL LTDA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento, e confirmar a decisão de **PARCIALMENTE PROCEDENTE** do feito fiscal, nos termos do Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, conforme a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 24 (vinte e quatro) de agosto do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira  
**PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA**

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge  
**SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA**